

CAPÍTULO 3
CONDIÇÕES NATURAIS

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS

2.1 Antecedentes Sócioeconômicos

2.1.1 Caracterização Sócioeconômica do Brasil

O Brasil possui um vasto território de aproximadamente 8,51 milhões de km² (cerca de 22 vezes maior do que o Japão), sendo dividido geograficamente em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, das quais a Região Norte é a maior em extensão com uma superfície de aproximadamente 3,85 milhões de km², o que corresponde a aproximadamente 45% do território nacional. Entre as regiões geográficas, existem notáveis diferenças não só quanto às condições naturais mas também quanto às condições sócioeconômicas.

O Brasil é um país medianamente industrializado, com uma população de aproximadamente 160 milhões de habitantes (IBGE, 1994), onde encontram-se 75% dos habitantes em áreas urbanas e os restantes 25% vivendo no interior ou em áreas rurais. Desde o recenseamento de 1991, o crescimento demográfico constatou taxa média da ordem de 1,4% a.a., mas nos últimos 3 anos a população vem crescendo com taxas mais moderadas, da ordem de 1,0% a.a..

Sendo o maior país da América do Sul, o Brasil vem desempenhando um papel de liderança e, no âmbito nacional, vem implantando diversas medidas visando alcançar um desenvolvimento sócioeconômico estável. O PIB per capita está estimado na ordem de US\$ 4.120 (1998) em média nacional.

A tabela abaixo ilustra os índices sócioeconômicos básicos do país.

Tabela 2.1-1 Principais Índices Sócioeconômicos

Item/Área	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Centro-Oeste	Região Sul	Total Nacional
Área total (1.000 km ²) (%)	3.870 (45,3)	1.561 (18,3)	927 (10,9)	1.612 (18,9)	577 (5,8)	8.547 (100)
População (milhão) (%)	12,1 (7,0)	46,2 (28,9)	69,8 (42,7)	11,2 (6,4)	24,4 (15,0%)	163,7 (100%)
Densidade Demográfica (habitantes/km ²)	2,7	27,3	42,7	5,9	33,5	18,8
População Urbana (%)	62,3	65,2	89,3	84,4	77,2	77,5
População Rural (%)	37,7	34,8	10,7	15,6	22,8	22,5
Taxa de Analfabetismo (%)	12,4	28,7	8,7	11,6	8,9	14,3
Taxa de Crescimento Demográfico (%)	2,4	1,1	1,3	2,2	1,2	1,6
Índice de Desenvolvimento Humano	0,727	0,608	0,857	0,848	0,860	0,739
PIB per capita (US\$)	2.738	1.845	5.744	4.338	4.389	4.122
Distribuição do PIB (%)	4,9	12,7	59,4	7,2	15,9	100

Fonte: Almanaque Brasil 2000

A Região Norte, onde se localiza a Área do Estudo, ocupa 45% do território nacional mas a sua população corresponde a apenas 7% do total nacional. A densidade demográfica é a mais baixa das cinco regiões geográficas. Quanto ao PIB, a Região Norte representa apenas 4,9% do total nacional.

O Brasil é dividido em 27 Estados, entre os quais existem grandes contrastes econômicos em função da má distribuição dos impostos arrecadados e dos recursos repassados aos estados e municípios, principalmente os relacionados com o Fundo de Participação dos Estados - FPE e o Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Para minimizar esta situação, o Governo Federal tenta, através de subsídios, viabilizar algumas ações desenvolvidas pelos Estados carentes de recursos financeiros. Como estratégia de desenvolvimento para estes Estados, foi lançado pelo Governo Federal o Plano Plurianual - PPA que prevê a implantação de projetos de infra-estrutura nas regiões menos desenvolvidas, dando prioridade aos setores da educação, saúde e saneamento, entre outros.

2.1.2 Caracterização Sócioeconômica do Pará

O Estado do Pará está situado na Região Norte do Brasil, ocupando uma superfície de 1,25 milhão de km², equivalente a 24% da toda região amazônica, sendo que é o segundo maior estado da região depois do Estado do Amazonas. As áreas urbanas de Belém, capital do estado, e as áreas industriais ocupam uma extensão limitada. O Estado do Pará foi criado em 1616, na fase inicial do desenvolvimento da Amazônia, e sua capital, Belém, foi fundada no mesmo ano. Acompanhando a construção das rodovias Belém - Brasília e Transamazônica, foram implantados a partir da década de 60 os grandes projetos, entre os quais podemos destacar o Projeto Grande Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí. Desde então começou a se formar a estrutura sócioeconômica caracterizada pela exploração de recursos minerais e florestais abundantes na região, bem como pelas atividades agropecuárias.

O Estado do Pará conta com uma população de aproximadamente 5,6 milhões de habitantes (1997), sendo que na capital, Belém, concentram-se 1,1 milhão ou cerca de 1/5 do total. A proporção entre população urbana e rural é de 50:50, caracterizando-se como o maior percentual de população rural em comparação com os demais estados. Além disso, o Estado possui uma população indígena que vive nas reservas indígenas no meio da selva amazônica. O Estado do Pará registrou um PIB per capita, em 1998, na ordem de US\$ 2.524 que é bem menor que a média nacional de US\$ 4.122 e também menor do que a média da região Norte. Isso indica que as condições sócioeconômicas no Pará estão em um patamar inferior em comparação com as demais regiões do Brasil.

Dentro dos setores econômicos do Estado do Pará, destaca-se a mineração que conta com a maior reserva mineral do Brasil, representando mais do que a metade da produção nacional. Na porção meridional da Área do Estudo, está localizada a Serra dos Carajás, a maior província mineral do planeta. Depois da mineração, seguem os setores de energia elétrica e pesqueiro em termos de PIB. A produção pesqueira representa a metade da região Norte, apesar de que a pesca artesanal seja a atividade predominante. No setor agropecuário, a maioria das terras paraenses é possuída pelos grandes produtores, que praticam principalmente a pecuária bovina sem confinamento e em vastas áreas, sendo também desenvolvidas a rizicultura e a fruticultura. Quanto à exploração madeireira, embora contribua para a arrecadação estadual, persistem problemas como a exploração clandestina e o corte ilegal de madeira pelos habitantes, bem como o precário controle ambiental de resultados

pouco efetivos.

2.2 Perfil dos Planos de Desenvolvimento

2.2.1 Plano Nacional de Desenvolvimento

(1) Caracterização Geral

O Governo Federal vem priorizando, nos últimos anos, políticas para combater a inflação crônica, o que vem afetando outras políticas. A economia brasileira, após a implantação do Plano Real em 1994, é caracterizada pela estabilização monetária, inflação controlada, livre comércio exterior e globalização dos mercados, bem como pela descentralização dos poderes e por um orçamento reduzido do governo federal, vitalização de investimentos através do uso de recursos do setor privado e pelas reformas políticas.

No setor agrícola, devido à política de alta taxa de juros aplicada no crédito rural, à suspensão de subsídios ao setor, ao baixo preço dos grãos devido à substituição pelas importações, bem como à política cambial que mantém o real valorizado, os produtores rurais, em sua maioria, ficaram endividados, resultando em um aumento das dívidas inadimplentes. O setor agrícola, que representava uma parte importante nas exportações, passou a induzir a deterioração da balança comercial, reduzindo oportunidades de emprego nas áreas rurais, sendo portanto o fortalecimento do setor agrícola de extrema importância. O Governo Federal adotou certas medidas para resolver o problema das dívidas inadimplentes, aumentar os recursos destinados para crédito rural, implantar a rede de eixos viários visando a melhoria na distribuição e fortalecendo a competitividade do setor agrícola brasileiro.

(2) Plano de Ação Plurianual

O Plano de Ação Plurianual (PPA: 2000 a 2003), que é o plano nacional de desenvolvimento do Brasil, tem como base o Estudo de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: Eixos 2000~2007.

A idéia dos eixos caracteriza-se em tentar abordar o problema das disparidades regionais de um novo ponto de vista, sendo o país dividido em 9 regiões de desenvolvimento (eixos), com especial atenção à geografia econômica do país e ao fluxo dos bens e serviços (fluxo de cargas). A Área do Estudo pertence ao Eixo Centro-Oeste (Araguaia - Tocantins) e à Parte Oeste e não ao Eixo Amazonas. Os Eixos tem 4 setores indispensáveis para o desenvolvimento sustentável a ser implantado em um período de 8 anos: (i) infra-estrutura econômica (transportes, energia, comunicações); (ii) desenvolvimento social (educação, saúde, saneamento, habitação popular); (iii) proteção ambiental e (iv) informação e conhecimentos, sendo que para cada setor estão listados diversos projetos. O plano prevê o investimento total de US\$ 180 trilhões, oriundos do setor público e privado, no período de 8 anos. Os 50% deverão provir do setor privado. A infra-estrutura econômica representa 59% do total.

Por outro lado, o PPA também é o plano que estabelece a estratégia federal de desenvolvimento do período de 4 anos. Prevê o investimento total de R\$ 1.113 bilhões para um total de 365 projetos. As metas básicas e estratégicas do PPA são as seguintes: a) o

crescimento estável da economia (estabilização econômica), b) crescimento econômico com uma distribuição de renda corrigida social e regionalmente (correção do desequilíbrio social e regional), c) crescimento econômico com a melhoria na competitividade e na produtividade; e d) crescimento econômico levando em consideração o meio ambiente.

Como medidas para alcançar tais metas, foram estabelecidos os seguintes itens: implantação da infra-estrutura econômica, estruturação da base de conhecimentos e informações, introdução do conceito do Eixos de Desenvolvimento, fortalecimento de programas de desenvolvimento social, administração financeira responsável, exploração e proteção dos recursos naturais e participação da iniciativa privada. No cenário macroeconômico, visa-se a estabilização de preços (inflação de 3%), a estabilidade da taxa de crescimento econômico (por volta de 5%), a geração de empregos (aumento anual de 2,7%), o aumento de renda, a expansão das exportações e o controle das finanças públicas.

Uma das principais características dos Eixos e do PPA é considerar a proteção ambiental como oportunidade de investimento. O conceito básico é o de explorar protegendo os recursos naturais através do estabelecimento de parques nacionais, da pesquisa sobre biotecnologia ou ecoturismo, de maneira a possibilitar a geração de emprego e de renda.

2.2.2 Condições do Setor Agrosilvipastoril

(1) Caracterização Geral

O desenvolvimento do setor agrosilvipastoril do Brasil sempre foi afetado não somente pelas condições naturais, pelas diferenças sociais e pelas tradições populares que influenciaram na aceitação do desenvolvimento agrosilvipastoril, mas também pelo complexo sistema administrativo governamental em todos os níveis. Apesar do vasto território nacional, a população rural representa apenas 25% do total. Existe uma grande porção de terras disponíveis, embora existam diversas condições naturais restritivas. Conseqüentemente, as áreas utilizadas para o cultivo agrícola representam menos de 8% da superfície total do país.

As políticas agrícolas historicamente sempre favoreceram o uso de terras visando a formação de produtores de médio e grande portes, sendo insuficiente o apoio aos pequenos produtores e assentados. A política básica que cria as desigualdades continua em vigor até os dias de hoje. Por outro lado, as áreas florestais, que ocupam 65% do território nacional, possuem potencial para tornarem-se recursos regionais das regiões norte e nordeste, possibilitando o desenvolvimento de vários setores além da silvicultura e do setor madeireiro.

(2) Histórico da Política Agrícola

A essência da política agrícola brasileira é composta por 3 sistemas: financiamento agrícola, seguro agrícola e garantia de preços mínimos. Os primeiros dois sistemas são operados pelo SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e o terceiro, pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

O Governo, levando em consideração a importância do crédito rural no setor agrícola, implantou as medidas necessárias para aumentar a verba destinada ao crédito rural e para possibilitar a introdução de recursos externos, possibilitando a captação de recursos através da emissão de cédulas dos produtos agrícolas, além disso possibilitando a captação de recursos

não governamentais na tentativa de fortalecer o setor agrícola. Também tem procurado estabelecer a taxa de juros em patamares baixos para o crédito de curto prazo.

Devido ao orçamento reduzido, o Governo mantém a postura de limitar o máximo possível o investimento em desenvolvimento, inclusive no setor agrícola, dentro das estratégias de desenvolvimento a longo prazo. Além disso, identifica as características do setor agrícola de cada Estado, através dos órgãos relacionados ao setor, para revisar as medidas a longo prazo, buscando a melhoria das condições circundantes à produção agrosilvipastoril de modo a minimizar a interferência governamental no mercado.

(3) Diretrizes Básicas da Política Agrícola

As diretrizes básicas da política agrícola estão baseadas no seguinte: na expansão da produção de alimentos, na manutenção das estratégias de exportação, no fomento da agricultura sustentável, na preservação dos recursos naturais e a na geração de empregos. Para atingir esses objetivos, prioriza a revisão do crédito rural, a reestruturação do papel do Governo nos setores de comercialização e da oferta, além da redução das taxas de juros. A implementação da política será orientada basicamente pela iniciativa privada, sendo previstas as seguintes medidas:

- a. Redução do Custo Brasil. Implantação de taxa fixa de juros e a redução da mesma para o crédito rural. Realização do zoneamento agrícola conforme as condições meteorológicas e a classificação dos solos de modo a reduzir o valor do prêmio do seguro do PROAGRO (Programa de Apoio à Atividade Agropecuária) e para a emissão de CPR (Cédulas de Produtos) para facilitar a obtenção de recursos financeiros pelos produtores. Na área do sistema tributário, prevê-se a isenção de ICMS para exportação de produtos básicos e semi-acabados.
- b. Redução de despesas administrativas para manter o nível de renda de produtores e modernizar o processo de comercialização.
- c. Melhoria da eficiência da infra-estrutura, e para tal a privatização das ferrovias e instalações portuárias, além da exploração multimodal de rodovias, ferrovias, hidrovias e portos.

Por outro lado, o MERCOSUL, instalado em janeiro de 1995, removeu as barreiras aduaneiras junto à Argentina, Uruguai e Paraguai, colocando a agricultura brasileira no cenário de liberalização. Além disso, a implementação do maior bloco econômico das Américas, a ALCA, está prevista para início em 2005. A agricultura brasileira precisa estruturar-se com uma forte base para que possa sobreviver no cenário da economia livre e, para tanto, a remodelação da política agrícola está sendo iniciada.

2.2.3 Programa Nacional de Florestas - PNF

Através do Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, publicado no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2000, o Presidente da República criou o Programa Nacional de Florestas – PNF, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores de modo a promover a ampliação do mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

Previsto para atuação em todo o Brasil, o PNF possui um orçamento total de R\$ 267 milhões, para o período de 2000 a 2003 e trabalhará no estímulo ao manejo de florestas nativas e no aumento da oferta de produtos florestais oriundos de florestas plantadas, principalmente no centro-sul do país.

Ainda em fase de estruturação pelo Ministério do Meio Ambiente, esse programa certamente representará um marco importante no desenvolvimento florestal brasileiro, em particular na região Amazônica.

2.2.4 Desenvolvimento na Região Amazônica

(1) Histórico do Desenvolvimento da Região Amazônica

As políticas de desenvolvimento implementadas nas últimas décadas geraram um acelerado crescimento econômico e demográfico, com a diversificação e modernização da estrutura produtiva, com a implantação de grandes redes de circulação espacial-rodoviária, telecomunicações e urbanização. A Amazônia industrializou-se e urbanizou-se, embora continue como fronteira e como um espaço aberto, em que dominam as relações externas com outras regiões brasileiras ou com o exterior.

Dos planos de desenvolvimento implementados na região amazônica, merecem destaque, entre outros, a construção das Rodovias Transamazônica e Perimetral Norte, o Projeto Grande Carajás, a Hidrelétrica de Balbina, o garimpo de ouro em Serra Pelada e os grandes projetos de colonização do INCRA na Amazônia Ocidental. Dentre as principais conseqüências destes planos, destacam-se: a concentração fundiária e o aumento dos conflitos no campo; a aceleração do desmatamento; a desorganização do espaço social e cultural das comunidades locais; os desequilíbrios ecológicos causados pelas hidrelétricas; a poluição de rios por mercúrio oriundo dos garimpos existentes na região; a pauperização da população rural e o inchaço das cidades.

A partir de 1990, iniciou-se um processo de desregulamentação da economia e enxugamento do Estado, ingredientes necessários às políticas de ajuste. Os incentivos regionais foram drasticamente reduzidos a partir dessa data, devido à imposição de restrições ambientais em sua implementação e à urgência da crise fiscal do país.

(2) Diretrizes Básicas do Desenvolvimento na Região Amazônica

A atual estratégia de desenvolvimento do país, e em particular da região amazônica, se concentra em seis diretrizes básicas, expressas no Programa Avança Brasil e no Plano de Ação Plurianual do Governo para o período 2000 a 2003:

- a. consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
- b. promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de criação de renda;
- c. combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- d. consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos;
- e. reduzir as desigualdades inter-regionais;
- f. promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação.

Essas diretrizes estratégicas deram origem a grandes objetivos setoriais, a serem alcançados nos próximos anos, por intermédio de programas e projetos especiais.

2.3 Caracterização Geral da Área do Estudo

2.3.1 Condições Gerais

A Área do Estudo consiste da microrregião de Marabá, localizada a 500 km ao sul de Belém, com uma superfície aproximada de 20 mil km², sendo composta por 5 municípios. A “microrregião” não constitui uma divisão política e administrativa, mas sim um conjunto de comunidades geograficamente agrupadas. O município de Marabá é o polo de desenvolvimento da microrregião, onde se cruzam a ferrovia do Carajás, a rodovia Belém - Santana do Araguaia (PA-150) e a rodovia Transamazônica.

A microrregião de Marabá possui uma população aproximada de 190 mil habitantes (1996), apresentando uma densidade demográfica média de 9,5 habitantes/ km². A maior parte da população, exceto a população urbana de Marabá, dedica-se a atividades ligadas direta ou indiretamente à agropecuária. Registra-se na microrregião, uma explosão populacional desde a década de 80, com uma taxa de crescimento anual acima de 11% (1996).

Os 5 municípios da Área do Estudo apresentam os seguintes perfis gerais: (1966)

Tabela 2.3-1 Dados Básicos da Área do Estudo (1996)

Item / Município	Marabá	São João do Araguaia	São Domingos do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia	Palestina do Pará	Microrregião de Marabá
Área (km ²)	15.158	1.275	1.365	1.185	988	19.971
População (habitantes)	150.095	8.116	17.993	6.529	6.085	188.818
Densidade demográfica (hab./ km ²)	9,9	6,4	13,2	5,5	6,2	9,5
População urbana (%)	82	26	41	58	58	74
População rural (%)	18	74	59	42	42	26

Fonte : Coordenadoria de Estatística Estadual - CEE, IDESP, 1999

2.3.2 Histórico do Desenvolvimento Regional

A Área do Estudo teve sua economia regional desenvolvida através do extrativismo tradicional de produtos florestais tais como látex de borracha natural e castanha-do-brasil, entre outros. A partir da década de 60, vem desenvolvendo-se rapidamente o setor agropecuário, principalmente associado a projetos de colonização. Na década de 70, a atividade extrativista começou a ser substituída pela exploração de madeiras e pela pecuária, ambas em grande escala, ocorrendo também a chegada de garimpeiros de ouro na Serra Pelada. Em consequência, o desflorestamento começou a ser sentido e, em especial, ganhou ritmo mais acelerado devido à construção da rodovia Transamazônica.

Além disso, a construção da ferrovia de Carajás, na segunda metade da década de 80, acelerou ainda mais o desenvolvimento regional, provocando o aumento populacional. No município de Parauapebas, adjacente ao sul de Marabá, localiza-se a maior parte da província mineral de Carajás, considerada a mais rica do mundo em minério de ferro, sendo que em Marabá foi

instalado um pólo siderúrgico para processar o minério oriundo de Carajás. Na Microrregião de Marabá prevê-se um rápido crescimento econômico em futuro próximo.

2.3.3 Condições Econômicas

A Área do Estudo é potencialmente rica em minérios considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do Estado e da Amazônia Oriental. O extrativismo da borracha, do diamante, da castanha e da madeira tiveram sua época áurea. A pecuária foi introduzida na região de uma forma muito expressiva, sendo hoje a principal atividade econômica da região, concorrendo em termos de importância com a mineração.

Marabá conta com o Distrito Industrial instalado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial (CDI). Com a implantação do Projeto Grande Carajás pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a indústria minero-metalúrgica foi incluída no perfil econômico da região. A atividade industrial conta ainda com os setores madeireiro, da construção civil e de produção de telhas e tijolos.

A cidade de Marabá constitui um ponto importante na malha viária, onde se cruzam as rodovias Belém - Santana do Araguaia (PA-150), Transamazônica (BR-230) e Marabá - Dom Eliseu (BR-222) e a ferrovia de Carajás. A BR-230 se conecta em Dom Eliseu e a BR-222 em Imperatriz (MA) com a BR-010 (Belém - Brasília). Por outro lado, a ferrovia de Carajás liga Carajás a São Luís (MA). No modal aéreo, Marabá possui uma estrutura aeroportuária que permite o pouso e decolagem de aviões de grande porte, ligando-a a Belém, Brasília e outras cidades.

2.3.4 Condições Sócioeconômicas dos Municípios

(1) Município de Marabá

Dos 5 municípios que compõem a Área do Estudo, o de Marabá é o maior em extensão territorial. Possui uma superfície de 15.200 km² e uma população aproximada de 150 mil habitantes (1996). A sede do município é o centro sócioeconômico da microrregião de Marabá.

O município de Marabá se estende da porção central para a ocidental da microrregião, ocupando mais da metade da sua área total. A sede do município é localizada a, aproximadamente, 475 km ao sul de Belém, sendo ligada pela rodovia estadual PA-150 que conta com dois pontos de travessia fluvial. É na sede de Marabá que a rodovia Transamazônica cruza com a ferrovia de Carajás.

(2) Município de São João do Araguaia

O município de São João do Araguaia possui uma área de aproximadamente 1.300 km² e uma população de aproximadamente 8.100 habitantes. A sede do município situa-se numa localidade isolada, estando afastada em cerca de 25 km da Transamazônica. O município, situado no ponto de confluência dos rios Araguaia e Tocantins, vem servindo, há vários séculos, como entreposto de transporte fluvial entre as áreas da região. Porém, devido ao declínio do transporte fluvial nos últimos anos, o cais não está sendo mais utilizado. As principais atividades econômicas do município são a agricultura e a pesca.

(3) Município de São Domingos do Araguaia

O município de São Domingos do Araguaia, localizado a cerca de 50 km a leste da cidade de Marabá, situa-se ao longo da rodovia Marabá - São Geraldo do Araguaia. A estrada é pavimentada até o município de São Geraldo do Araguaia, situado a aproximadamente 100 km ao sul e serve para o trânsito do fluxo de cargas entre Marabá e o Estado do Tocantins. O município de São Domingos do Araguaia ocupa uma superfície aproximada de 1.400 km² e possui uma população de 18.000 habitantes. A agropecuária é sua principal atividade econômica.

(4) Município de Brejo Grande do Araguaia

O município de Brejo Grande do Araguaia localiza-se na porção leste da Área do Estudo, com a sede do município situada em um ponto ligeiramente afastado ao sul da rodovia Transamazônica, distando aproximadamente 100 km da sede de Marabá. No passado, o município possuía uma área bastante extensa, mas através de anexações e desmembramentos, transformou-se em um município de pequeno território. Ocupa uma superfície aproximada de 1.200 km² e possui uma população de aproximadamente 6.500 habitantes. A principal atividade econômica do município é a agropecuária, porém parte da população utiliza os ônibus que operam na rodovia Transamazônica para ir trabalhar no município de Marabá e em suas áreas vizinhas.

(5) Município de Palestina do Pará

O Município de Palestina do Pará, localizado no extremo leste da Área do Estudo, é um novo município instalado em 1991, através de desmembramento do município de Brejo Grande do Araguaia. A sede do município situa-se a, aproximadamente, 5 km ao sul da rodovia Transamazônica. Ocupa uma superfície aproximada de 1.000 km² e possui uma população de aproximadamente 6.100 habitantes. A prefeitura municipal e outros órgãos administrativos ainda não têm estrutura adequada, sendo portanto insuficientes as informações e dados pertinentes ao município. A principal atividade econômica é a pecuária, possuindo poucas áreas cultivadas para agricultura devido às condições topográficas onde predominam relevos acidentados e terras rochosas.

2.3.5 Caracterização Geral dos Assentamentos

A Área do Estudo é caracterizada pela existência de inúmeros assentamentos, abrigando um grande contingente de moradores, o que influencia profundamente os aspectos sociais, econômicos e ambientais da região. Com o objetivo de desenvolver os projetos de assentamento, foi instalada uma superintendência do INCRA em Marabá, a qual passou a controlar os projetos de assentamento na região sul do Pará.

Os projetos de colonização tiveram início na década de 60 quando a rodovia Transamazônica estava em construção. Posteriormente, na década de 70, acompanhando o desenvolvimento econômico da região, foi introduzido um programa destinado a receber colonos originários de outras regiões. Os projetos recentes são direcionados para atender os movimentos dos sem-terra, principalmente, os ligados ao MST.

A tabela abaixo mostra o quadro geral dos projetos de assentamento na Área do Estudo, segundo dados e informações fornecidas pelo INCRA.

Tabela 2.3-2 Quadro Geral dos Assentamentos

Município	Número de PAs	Área de PAs	Nº de Famílias Assentadas	População Estimada de PAs
Marabá	36	405.569 ha	8.348	33.392
São João do Araguaia	5	26.896 ha	854	3.416
São Domingos do Araguaia	9	49.567 ha	1.258	5.032
Brejo Grande do Araguaia	2	4.104 ha	179	716
Palestina do Pará	4	13.715 ha	334	1.336
Total	56	499.851 ha	10.973	43.892

Obs.: A população foi calculada com base na estimativa de 4 pessoas / família.

Fonte: INCRA, 1999

Os assentamentos estão extremamente concentrados no município de Marabá. Cada assentamento tem uma área média de 8.900 ha, abrigando em média 196 famílias. A população estimada dos assentamentos, ou seja, aproximadamente 44.000 habitantes, representa cerca de 23% da toda população da microrregião de Marabá.

As condições gerais dos assentamentos implantados em cada município da Área do Estudo são apresentadas a seguir.

(1) Assentamentos em Marabá

O município de Marabá possui o maior número de assentamentos, tendo 36 PAs com a superfície total de 405.569 ha, onde vivem 8.348 famílias. Cada família possui em média 48,5 ha de terra e a população estimada é de 33.400 habitantes, considerando que cada família tenha 4 membros.

Como a área total de todos os assentamentos acima referidos representa 27% da área total do município, pode-se deduzir que a atividade produtiva nos assentamentos tenha um grande efeito no município de Marabá. Os assentamentos em Marabá podem ser classificados em dois grupos: assentamentos localizados nas proximidades da sede do município e da rodovia Transamazônica e outros distantes, no interior da porção oeste do município. No primeiro grupo, alguns lotes estão sendo ou foram revendidos ou estão destinados a objetivo diferente do original, devido à facilidade de acesso. O município planeja, em conjunto com o INCRA e a EMATER, diversos programas para promover a estabilidade de vida dos moradores e da assistência técnica agrícola. Por outro lado, os assentamentos distantes ainda não têm infra-estrutura suficiente.

(2) Assentamentos em São João do Araguaia

O município de São João possui oficialmente 5 assentamentos, tendo uma superfície de 26.896 ha, onde residem 854 famílias. Em média, cada família ocupa cerca de 31,5 ha de área. A população estimada é de 3.400 habitantes. Devido à proximidade à área urbana de Marabá, há muitos lotes que foram revendidos ou estão destinados a outro uso diferente do propósito original.

(3) Assentamentos em São Domingos do Araguaia

O município de São Domingos do Araguaia possui 9 assentamentos, com uma superfície de 49.567 ha, onde vivem 1.258 famílias. Em média, cada família ocupa 39,4 ha de área e a população estimada é de 5.000 habitantes. O município está sendo alvo de invasões promovidas pelo MST, devido às boas condições geográficas. Já foram implantados assentamentos em 60% das áreas invadidas, sendo que os restantes 40% ainda estão em conflito.

(4) Assentamentos em Brejo Grande do Araguaia

O município de Brejo Grande do Araguaia possui apenas 2 assentamentos, com área total de 4.104 ha, onde vivem 179 famílias. Cada família possui em média 23 ha e a população estimada é de 700 habitantes. Mais um assentamento está em processo de implantação. Os assentamentos deste município têm condições geográficas um pouco melhores do que os de Palestina do Pará, porém a infra-estrutura básica ainda está insuficiente.

(5) Assentamentos em Palestina do Pará

O município de Palestina do Pará tem 4 assentamentos com uma superfície de 13.715 ha, onde residem 334 famílias. Em média, cada família possui 40 ha de área. A população estimada é de 1.300 habitantes. Nestes assentamentos, as condições de vida são precárias devido à inexistência da infra-estrutura básica como energia elétrica e abastecimento de água, além de haver uma deficiência na infra-estrutura social tais como nas estradas vicinais.

2.3.6 Condições da Infra-estrutura Social

Quanto à infra-estrutura social na Área do Estudo, o município de Marabá tem condições notadamente melhores em comparação com os outros 4 municípios, os quais de modo geral apresentam condições insuficientes. Porém, mesmo em Marabá, apenas o centro urbano e a periferia se encontram parcialmente bem estruturadas. As condições da infra-estrutura pioram quanto mais a oeste do município, não havendo quase nada estruturado no extremo oeste. Também nos outros 4 municípios, em geral, as condições da infra-estrutura vão piorando a medida que se distanciam da área urbana de Marabá. Sendo assim, no extremo leste do município de Palestina do Pará, as condições são as piores.

Em geral, todos os 5 municípios possuem infra-estrutura para abastecimento de energia elétrica e de água, exceto esgotos, com condições relativamente satisfatórias nas áreas urbanas. No entanto, nas áreas rurais as condições são precárias, inclusive as estradas vicinais. Estabelecimentos de ensino também apresentam boas condições nas áreas urbanas e precárias nas áreas rurais.

2.4 Condições do Uso das Terras e Condições Fundiárias

2.4.1 Condições do Uso das Terras

(1) Uso das Terras

Na Área do Estudo, as áreas utilizadas para a atividade agropecuária são de 890 mil ha,

ocupando 45% da área total da microrregião de Marabá. Estas áreas estão concentradas especialmente nos municípios de Brejo Grande do Araguaia (89%) e de São Domingos do Araguaia (81%). Por outro lado, as mesmas são poucas na porção ocidental do município de Marabá. Esta distribuição ilustra o fato de que a porção oriental da microrregião detém a menor proporção da floresta remanescente e a porção ocidental, a maior proporção da mesma.

Tabela 2.4-1 Uso das Terras para Atividade Agropecuária

Item / Município	Marabá	São João do Araguaia	São Domingos do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia	Palestina do Pará	Microrregião de Marabá
Área (ha)	1.515.800	127,500	136.500	118.500	98.800	1.997.100
Área Utilizada para Agropecuária (ha) (%)	535.375 (35)	93.591 (73)	110.827 (81)	105.266 (89)	54.407 (55)	889.466 (45)

Fonte: IBGE (Base de Informações Municipais, 1997)

(2) Uso das Terras para Agropecuária e Modalidade de Produção

Na Área do Estudo, as áreas utilizadas para pastos ocupam a maior extensão, representando aproximadamente 51% da área total. Em segundo lugar, vêm as florestas naturais exploradas para extrativismo ocupando aproximadamente 39%. Estas proporções diferem muito dos dados correspondentes no Pará, sendo de 24% e 53% respectivamente. As áreas de cultivo perene e anual ocupam apenas 2,4% do total.

As áreas utilizadas são, em média, consideravelmente pequenas, a despeito de estarem situadas na região amazônica que conta com abundantes recursos territoriais.

Cultivo perene :	1,9 ha	Pastos :	134,7 ha
Cultivo anual :	5,6 ha	Floresta natural :	104,0 ha
Pastos naturais:	52,9 ha	Reflorestamento :	23,6 ha

Em termos de número de produtores rurais por modalidade de produção, o maior é de pecuaristas, sendo seguido por agricultores de cultivo anual e extrativistas, com pequena diferença entre estas modalidades. Por outro lado, as áreas utilizadas por produtores pecuaristas são 20 vezes maiores do que as áreas destinadas aos cultivos perene e anual.

2.4.2 Condições Fundiárias

(1) Histórico

Na etapa inicial dos projetos de colonização, iniciada na segunda metade da década de 50, as terras foram demarcadas em lotes de 3.000 a 250.000 ha cada. Com o aumento demográfico ocorrido na década de 70, os lotes passaram a ter de 50 a 200 ha cada. Durante a construção da Transamazônica, colonos foram instalados em lotes com área de 100 ha cada ao longo da estrada. Na década de 80, começaram a surgir invasões e ocupações de latifúndios pelo Movimento dos Sem-Terra, chamando a atenção da sociedade brasileira para este problema social.

A questão fundiária constitui hoje um assunto crítico nos aspectos social e político. As

atividades de invasão e ocupação de terras pelos sem-terra, desenvolvidas tanto no Pará (inclusive na Área do Estudo) como nos outros estados, não só prejudicam a segurança pública e o desenvolvimento econômico regionais, mas também causam desflorestamento e degradação das áreas sujeitas a estas atividades.

(2) Posse e Controle de Terras

No Brasil, desde o período colonial, passando pela ditadura militar recente, até o Brasil democratizado dos dias de hoje, a imensa área de terras com propriedade desconhecida e/ou inexploradas nunca recebeu um adequado controle sistemático. As pessoas também não davam a devida importância nem se preocupavam com a regularização de suas propriedades, devido à baixa valorização das terras. Existem, porém, até hoje diversos sistemas e legislações referentes à questão fundiária.

Em geral, as propriedades são classificadas em dois grupos: as áreas públicas e as privadas. As áreas públicas estão sob a jurisdição dos seguintes órgãos:

- a. INCRA: Áreas de assentamentos e áreas federais em geral.
- b. ITERPA: Áreas estaduais no Pará.
- c. FUNAI: Reservas indígenas (sob a jurisdição federal).
- d. Governos municipais: Áreas municipais.
- e. Órgãos especiais federais e estaduais: parques nacionais, reservas ecológicas e florestas nacionais, etc.

Exceto as áreas expressamente definidas como áreas de jurisdição desses órgãos, é difícil de identificar a propriedade das terras, portanto essas terras tornam-se alvo de invasão e ocupação ou de conflitos. Quando surge um conflito pelas terras ou uma obtenção de título é solicitada, uma investigação oficial é iniciada. Porém, mesmo nas áreas tituladas, há divergências entre órgãos competentes quanto à definição da divisa dos lotes, levando a situações de dupla titulação de certas partes e/ou omissão de partes da área no título.

(3) Obtenção, Registro e Compra/Venda das Terras

A propriedade das terras é controlada pela Procuradoria Geral da República. O título de propriedade privada é instalado no ato de registro efetuado em cartório de registro de imóveis. O acesso ao livro de registros pode ser feito através de solicitação devidamente formulada, porém é extremamente difícil ter-se uma visão clara da real situação fundiária.

INCRA e ITERPA se reservam o direito de vender ou transferir as áreas públicas sob a sua jurisdição para usuários através de projetos de desenvolvimento ou de uma série de trâmites de solicitação de título, a fim de promover ações de desenvolvimento. O usuário que adquiriu a terra pode obter o referido título, sob algumas condições, através do registro da propriedade no cartório. O ITERPA tem a competência de conceder gratuitamente até 100 ha de área após a confirmação de que a referida área é estadual. Quando se trata de uma área de 100 a 2.500 ha, a área pode ser vendida, porém não existem ocorrências expressamente registradas.

De acordo com a regulamentação do INCRA, o lote alocado a assentado (com área de 25 a 100 ha, sendo 40 ha em média) torna-se propriedade privada do assentado, quando efetivado todo o pagamento e completado o procedimento jurídico e desde que o lote esteja sendo explorado para a atividade agrícola estipulada em contrato. O prazo de pagamento varia entre 1 a 12 anos

contados a partir da emissão do título provisório. O título legal da propriedade vigora assim que o registro no cartório for feito.

Existem porém assentados que optam por não permanecer na terra e revendem seus lotes. Desta feita, está acontecendo uma re-latifundiarização, devido a compra de vários lotes por um único proprietário.

(4) Propriedade das Terras

O Censo Agropecuário de 1996 demonstra que a maioria dos produtores rurais da Área do Estudo possui sua própria propriedade. Há também agricultores que cultivam em terras arrendadas, são parceiros e ocupantes. A tabela abaixo mostra o quadro geral das áreas tituladas na Área do Estudo, segundo informações fornecidas informalmente pelo INCRA.

Tabela 2.4-2 Áreas Tituladas na Área do Estudo (%)

Porte de Produtor/Município	Marabá	São João do Araguaia	São Domingos do Araguaia	Brejo Grande do Araguaia	Palestina do Pará
Grande Produtor (500 a 3.000 ha)	60	10	10	25	60
Médio Produtor (100 a 500 ha)	10	15	5	15	15
Pequeno Produtor (menos de 100 ha)	30	75	85	60	25

Fonte: INCRA (informações não oficiais)

2.5 Caracterização Sócioeconômica da Área do Estudo

A microrregião de Marabá, que é a Área do Estudo, situa-se no sudeste do Pará, fazendo fronteira a leste com o estado do Tocantins através do rio Araguaia. A sede de Marabá é o centro sócioeconômico da microrregião e por ela passam a rodovia Transamazônica, PA-150 (Belém - Santana do Araguaia) e a ferrovia do Carajás. Esta região vem sendo influenciada diretamente pelo Projeto Carajás centralizado na mineração em Carajás. A área urbana de Marabá funciona como centro de desenvolvimento de Carajás e, ao mesmo tempo, como centro do fluxo de cargas ligadas às atividades produtivas da região.

O desenvolvimento da microrregião esteve sempre ligado à questão fundiária. O período a partir da década de 70, quando se iniciou o desenvolvimento essencial, pode ser dividido em três épocas: do aforamento de terras (década de 70), do conflito pelas terras (década de 80) e da conversão para a agricultura familiar (década de 90 até hoje).

A Área do Estudo apresenta a seguinte caracterização sócioeconômica:

- a. Existência de muitos problemas sociais: a influência em grande escala do Projeto Carajás; o acentuado crescimento demográfico; muitas ocorrências de invasão e ocupação de terras pelos sem-terra; muita ocorrência de conflitos pelas terras.
- b. A grande maioria da população é de migrantes das outras regiões, sem conhecimentos sobre as condições naturais locais e os sistemas tradicionais de produção. Isto inclui

desde latifundiários oriundos do sul do país (donos de fazendas pecuaristas) até assentados e ocupantes originários da região nordeste do Brasil.

- c. A região que foi desenvolvida desde tempos remotos e que tem a maior área degradada da Amazônia.
- d. O desmatamento das florestas continua em um ritmo acelerado para a exploração de madeiras, a expansão de pastagens e a implantação de novos assentamentos.
- e. Dos 5 municípios da microrregião, o de Marabá é destacado em extensão territorial, população e aspectos sócioeconômicos, exercendo grande influência em toda a região. Por outro lado, os outros 4 municípios estão longe de ter as condições de Marabá.
- f. Desde a época da construção da rodovia Transamazônica, foram e estão sendo implantados inúmeros projetos de colonização e assentamentos distribuídos em toda a microrregião.
- g. Os assentados muitas vezes vão se embora quando têm algum problema pessoal ou com a produção. Nas áreas rurais, os empregos são limitados criando um grande contingente de desempregados potenciais.
- h. Em geral, as condições da infra-estrutura e sociais são precárias, em termos de estradas, abastecimento de água, saneamento, energia elétrica, armazenamento e transportes. Em especial, no município de Palestina do Pará, situado no extremo leste da microrregião, as condições são extremamente precárias, sendo considerado o município mais pobre.
- i. Há um grande número de ocorrências de doenças endêmicas como malária em toda a microrregião, em especial no município de Palestina do Pará e nos assentamentos.
- j. Existem localidades relativamente favoráveis no que se refere aos transportes, servidas pela rodovia Transamazônica, ferrovia do Carajás e pelo sistema hidroviário do Araguaia - Tocantins.